Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Eduardo Cabrita

S. Bento, 07 de julho de 2014

Assunto: Audição da Ministra das Finanças sobre as nomeações para o BES

A situação no Banco Espírito Santo (BES) assumiu contornos impensáveis. Este, que era considerado o banco do sistema, é o centro de uma teia de interesses e negócios que envolvem todo o Grupo Espírito Santo (GES).

As notícias vindas a público dão conta de diversas entidades do GES em falência técnica e da possibilidade de contágio ao BES. Aliás, a política de crédito do BES foi seguindo critérios pouco claros e aparentemente mais de favor entre interesses familiares do GES do que de racionalidade económica.

No culminar desta situação é anunciado a alteração da administração do BES com a entrada de Vítor Bento (presidente executivo), Moreira Rato (administrador financeiro) e Mota Pinto (presidente do conselho de administração).

Sobre estas alterações, o Primeiro Ministro valorizou os nomes indicados e o seu "caráter tecnocrático e profissional". Ora, face a estas declarações, estranha-se a omissão da ligação de Moreira Rato à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E (IGCP), entidade responsável pela gestão da dívida pública e da qual é presidente.

O presidente do IGCP tem acesso a muita informação sensível sobre as contas públicas e a gestão da dívida pública. Por isso mesmo, no código de conduta do IGCP é indicada a

obrigação do Sigilo Profissional (Artigo 5º) e a rejeição do Uso Abusivo da Informação (Artigo 7º). O eventual Conflito de Interesses (Artigo 8º) é densificado para abarcar a escolha de contrapartes no contexto de emissões de Dívida Pública Direta do Estado ou operações de derivados financeiros. Esta realidade só demonstra a importância deste cargo e como ele é de enorme relevância na defesa do interesse público.

Assim sendo, é incompreensível a serenidade e aceitação de Pedro Passos Coelho sobre a passagem de Moreira Rato de presidente do IGCP para o BES. Onde fica a defesa do interesse público?

O BES foi recorrentemente utilizado pelo IGCP para emissão de dívida pública como membro dos diversos sindicatos bancários. Por outro lado, o BES é detentor de dívida pública, com a qual tem lucrado bastante (só no ano de 2012 lucrou 825 milhões de euros com a dívida pública). Face a esta situação é indispensável perceber como fica a defesa do interesse público e como o Governo se posiciona face a esta situação, nomeadamente através de quem superintende o IGCP que é o membro do Governo responsável pela área das finanças.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição do Ministra das Finanças.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Pedro Filipe Soares